

Alves: Cobiça move a campanha pela Amazônia

"A cobiça pela Amazônia, o propósito de estancar o desenvolvimento econômico e os olhos grandes pelo maior potencial hidrelétrico do mundo, localizado na nossa floresta, além de surgir atualmente na região Centro-Oeste da Amazônia Legal, é o que está por trás da campanha sistemática que os países do Primeiro Mundo promovem contra a Amazônia", afirmou o ministro do Interior, João Alves.

Segundo ele, "há de fato uma corrente preocupada com a ecologia e com os propósitos que também são nossos, de se preservar a maior floresta contínua do mundo, mas não se pode abrir mão da soberania brasileira e do que é de nosso povo. Primeiro, temos de nos preocupar com a miséria de nossa gente, com os desníveis econômicos do País e com a fome. Para isso, o Brasil tem de produzir e se desenvolver", por que anualmente temos de gerar 2 milhões e 500 mil empregos para atender aos jovens que chegam anualmente ao mercado de trabalho.

SERIEDADE

Para João Alves, o Brasil não tem que provar aos outros países o que está fazendo na região, mas tem que demonstrar aos brasileiros a seriedade com que vem enfrentando esses problemas. "Realmente, nós temos dados passados bem avançados. Acho que nunca houve tanta preocupação neste País como o meio ambiente".

Ele explica que para melhor atender à região foi criado o Rima (Relatório de Impacto do Meio Ambiente), fundamental para qualquer empreendimento de vulto, como hidrelétricas, ferrovias, rodovias e outros, foi feita a fusão de quatro órgãos que se uniram para formar o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, para empreender uma política mais consistente, mais racionalizada.

"Temos ainda o programa Nossa Natureza, que tem a finalidade básica de estabelecer meios, com todo o arcabouço legal, de uma atuação efetiva para manter ações que não venham perturbar o meio ambiente", mas que também concilie com o desenvolvimento econômico, que é um problema essencial para o povo brasileiro", afirma João Alves.

COBIÇA

Recentemente o presidente dos EUA, George Bush, a conselho de assessores, advertiu o governo japonês que não deveria realizar o empréstimo para o asfaltamento da estrada, que ligaria o Brasil ao Pacífico, o que significava a redução de 1.400 quilômetros da soja produzida em Rondônia e Mato Grosso até um porto.

E é aí que o ministro João Alves identifica a cobiça dos produtores de grãos. "Já constatamos que o boom na agricultura brasileira fez com que sua produção passasse de 50 milhões de toneladas para 72 milhões, em quatro anos, um recorde sem similar no mundo. Ora, se colocamos essa produção em porto do Pacífico, barateando e facilitando seu transporte, somos uma ameaça para nossos concorrentes produtores de grãos. E o lobby contra o nosso progresso já se fez sentir".

DESENVOLVIMENTO

O ministro do Interior não admite que um País como o nosso,

em desenvolvimento, e ainda com muita pobreza, que para ele é a pior das poluições, seja intimidado, por pressões externas, a parar o seu desenvolvimento.

Para ele, a fronteira agrícola tem de se expandir, já que o povo tem de comer. "Temos de produzir alimentos para 140 milhões de brasileiros e esse alimento tem de sair da terra, de maneira racional, dirigida, sem depredar o meio ambiente, com ordenação e isso é inexorável, pois não podemos parar o progresso o desenvolvimento".

VOCAÇÃO

João Alves esclarece que essa ocupação ordenada da Amazônia passa pelo perfeito conhecimento da região, pela identificação das fronteiras agrícolas, pecuária, reforestamento, manejo florestal e áreas indígenas a serem preservadas. Ele explica que ainda se conhece pouco sobre a Amazônia, seus recursos reais, suas terras.

Para que pudesse ser feito um zoneamento racional da Amazônia, o ministro do Interior, em 1987, procurou a FAO, que desde 1950 realiza um trabalho na região. Acertou com seu presidente um tratado de cooperação técnica para esse zoneamento. Hoje trabalham na Amazônia sete técnicos da organização, especialistas em clima, solo, engenharia genética, irrigação e outros que, com profissionais brasileiros estão fazendo o levantamento necessário para a utilização racional daquele solo.

"O mundo conhece muito pouco sobre a Floresta Amazônica. Quem tem mantido essa região por quatro séculos, com grande esforço e luta são os brasileiros os amazônicos, são os 1 milhão de caboclos vivendo harmoniosamente com a floresta e preservando-a. A Amazônia é dos brasileiros, e os problemas nós é que temos de resolver".

AJUDA

Para João Alves, o Brasil está pronto para receber qualquer tipo de ajuda, científica, técnica e até financeira, "desde que seja feita através de entidades nacionais, sob o comando e controle dos brasileiros. Não admitimos abrir mão da soberania absoluta sobre a Amazônia. Não aceitamos discutir ou falar em empresas transacionais para gerir o destino da região. Seria o mesmo que falar da internacionalização da Bahia ou de São Paulo. O amazonense é tão brasileiro quanto qualquer outro. Há muita fantasia em torno de ajuda financeira do exterior. A única proposta concreta que conhecemos, em dois anos de Ministério é a do Banco Mundial, que é de dinheiro a custo de mercado, com necessidade de contrapartida. O resto não passou de intenções".

João Alves esclarece que nós somos uma nação onde ainda existe a fome, a miséria e toda uma população aliada do desenvolvimento econômico. Nós temos de nos valer de nossas riquezas e as maiores reservas minerais estão na Amazônia, e lá está também a maior reserva potencial hidrelétrica do mundo, ressalta ele.

"É muito fácil para os países já desenvolvidos, como os Estados Unidos, que já esgotaram seu potencial e inundaram as áreas que dispunham e que agora não têm mais opção de energia barata, menos poluente. Eles têm de recorrer à energia nuclear. Nós temos de usar

prioritariamente energia hidrelétrica, que é barata e não poluente, para criar empregos, criar riquezas. Nós temos na Amazônia 3/1 do potencial hidrelétrico do Brasil e não podemos, de maneira alguma, abrir mão disso".

João Alves recorre à História para lembrar que há poucos anos, um cientista, Hermann Khan, do Hudson Institute, apresentou um plano de se criar o lago amazônico, que inundaria vastas regiões, sepultando, lógico, nossas imensas riquezas naturais. Segundo ele, a reação contra a ideia do cientista e futurologo norte-americano teve a imediata reação do governo brasileiro, e a comunidade internacional não se manifestou. Ele lembra que agora a simples construção de uma hidrelétrica causa uma tremenda polêmica nessa mesma comunidade.

CARARÁO

Para ele, a polêmica em torno da usina de Cararáo, com sua mobilização emocional não procede. "Cararáo vai produzir 11 mil Mw, ao preço de 1/4 da energia nuclear. Sua construção determinará o deslocamento de apenas 230 pessoas, das quais 200 índios. Acreditado que seja a hidrelétrica brasileira que menos afetará a população em termos de deslocamento. Essa usina vai inundar metade da área inundada por Tucuruí, ou por Balbina, que produz 250 Mw. Cararáo inundando metade da área ocupada por Balbina produzirá 40 vezes mais: 11 mil Mw".

"A impressão que se tem com essa mobilização internacional é de que vamos inundar toda a Amazônia e afogar nossos índios, quando na verdade a área inundada com as usinas já implantadas e todas as previstas para implantação até o ano 2000 é de 4,99 por cento da Amazônia, o que significa que em cada 1.000 metros quadrados será inundado 1,9 metro quadrado. E a opção que o nosso povo tem para um futuro socialmente mais justo e economicamente mais forte".

QUESTÃO INDÍGENA

O ministro João Alves ressaltou que o povo brasileiro é muito hospitaleiro, que recebe com muita generosidade os estrangeiros que recentemente nos visitaram na reunião de Altamira, sobre os índios indígenas. "Eu fico imaginando o que aconteceria nos Estados Unidos se eles fossem construir uma usina nuclear e se deslocassem para lá os índios brasileiros, Roberto Carlos e outros cantores, deputados e ex-presidentes brasileiros, todos para protestar contra o empreendimento. Realmente o Brasil é um País muito diferente, muito hospitaleiro".

"Eu fiquei muito feliz em receber os índios norte-americanos, porque eles voltaram para os Estados Unidos e vão agora exigir muito mais de seu governo. Porque eles dispõem de 18 hectares por índio e o nosso de 400 hectares por pessoa. A família índia brasileira tem, em média dois mil hectares. Tem a impressão de que os índios norte-americanos vieram aprender e exigir de seu governo o tratamento que nós damos à nossa população indígena. Esse encontro de Altamira permitiu que o mundo todo, através de jornais e revistas, muitas coloridas, a força, a musculatura, a pujança, a alegria e a beleza do índio brasileiro", ressalta João Alves.

MARCOS HENRIQUE



João Alves denuncia os "olhos grandes" de diversos países do Primeiro Mundo

Destruição do ozônio faz vítimas

RITA TRISTÃO
Correspondente

Vitória — A destruição da camada de ozônio que protege a terra dos raios ultravioletas do sol por gases clorofluorocarbono faz as suas primeiras vítimas no Brasil. A 50 quilômetros da capital, no município de Santa Maria de Jetibá, localizado na região de montanhas do Estado, 14 mil dos 16 mil pomeranos — pessoas descendentes de alemães, que habitam a cidade e representam 90 por cento da população local estão sofrendo de câncer de pele, sendo que 10 mil deles encontram-se em fase terminal.

A denúncia de que a destruição da camada de ozônio é o principal fator da incidência da doença entre os pomeranos é do dermatologista Douglas Puppin, que também é professor de Dermatologia na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Conforme Puppin, a ruptura dessa camada protetora facilita a penetração de uma grande carga de ultravioleta na pele, que está atingindo principalmente os pomeranos, em função da característica da pele dessa comunidade.

A pele dos pomeranos é excessivamente clara e com poucas melaninas, substância que atua na defesa da pele contra os raios solares, dessa forma, o câncer de pele entre eles é certo, principalmente em função da destruição da camada de ozônio. O câncer de pele entre os pomeranos começa a se manifestar através de uma simples dermatite, espécie de crosta avermelhada nos braços, pernas e rostos, partes que ficam expostas aos raios solares durante a extensiva jornada de trabalho na lavoura, principal atividade econômica da região. O trabalho começa bem cedo e acaba com o poente, ficando em média 12 horas consecutivas na lavoura.

O Clínico geral José Carlos Hebert disse que pelo menos 40 pomeranos procuram diariamente com problemas na pele em estágios variados. "O diagnóstico é sempre o mesmo: Primeiro vem as manchas avermelhadas e que coçam bastante, e logo depois, com a exposição ao sol, elas se transformam em câncer sem condições de cura", explicou. O prefeito de Santa Maria de Jetibá, o pomerano Helmar Potraz, conta que todos os pomeranos conhecem perfeitas as consequências para eles, o espírito de conservação da raça que existe entre eles, contribui de forma significativa para a proliferação da doença. "Os pomeranos são pessoas fechadas e difícilmente permitem a mistura de raça. Não houve ainda uma mistura de raça, uma vez que eles consideram importante que se continue como no século passado, quando chegaram ao Brasil", disse o prefeito.

Douglas Puppin, que defende uma ação imediata do governo contra a destruição da camada de ozônio, diz que o perigo do câncer de pele não é exclusivo dos pomeranos e que apenas a sua sensibilidade é maior que das outras raças.

Os primeiros imigrantes da Pomerânia chegaram ao Espírito Santo há 150 anos. Ainda hoje, os pomeranos são vítimas do preconceito e da discriminação, tal como ocorria no tempo em que eles viviam na Alemanha. Por volta de 1945, após o Tratado de Versalhes, a Alemanha foi obrigada a entregar a Pomerânia à Polónia, que alterou toda a antiga estrutura da região, nomes e costumes. Durante anos seguidos, os pomeranos que se instalaram no Espírito Santo viveram isoladamente e até aprenderam a fazer ferramentas sozinhos, até há alguns anos, o número de pomeranos que falava português era reduzidíssimo, um ou outro se comunicava em nossa língua. Fechados em si mesmos, os pomeranos não admitiam a condição de cidadãos brasileiros, e muito menos o idioma dos brasileiros. Pomeranos só casava com pomerano, mantendo-se os rituais da antiga Pomerânia.

Reunião sugere fundo para o meio ambiente

ISABELA ROCHA

A Reunião Ministerial sobre o Meio Ambiente na América Latina e no Caribe foi aberta ontem de manhã, no Itamarati tendo na pauta uma importante resolução tomada durante o fim de semana pelos 15 representantes de países da região que participam do comitê assessor da Rede de Formação Ambiental do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA): a criação de um fundo para financiar treinamento e intercâmbio de técnicos, possibilitando maior troca de experiências e informações desses países nas questões ambientais.

O fundo, que terá contribuições anuais voluntárias, receberá doação brasileira. Segundo o presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBMA), Fernando César Mesquita, o Governo brasileiro já destinou 20 mil dólares para o fundo.

A abertura da reunião participaram técnicos de alto nível de cada um dos países da região de política ambiental. As propostas serão analisadas a partir de quinta-feira por oito ministros da América Latina e do Caribe. A parte ministerial da reunião será aberta pelo presidente José Sarney. Nela será avaliado o sistema de cooperação regional sobre assuntos ambientais; adotadas decisões sobre o impacto da dívida externa dos países da região sobre a política e gestão ambientalistas, e posições comuns sobre os assuntos de maior relevância.

POSTURA

Abriro a reunião em nome do Governo brasileiro, José Carlos Melo, secretário-geral do Ministério do Interior, ratificou a posição agressiva, já as-

sumida pelo presidente José Sarney, de não admitir ingerência de países estrangeiros sobre a questão ambiental brasileira.

A postura desses países, que hoje defendem o meio ambiente e hipocrisia. Durante o período de colonização eles arrasaram nossas riquezas naturais e, mais recentemente, cavavam baleias em nosso território, quando o Governo brasileiro já não permitia esta prática", disse Melo que classificou ainda, em seu discurso a posição desses países de "cínica".

Melo discorreu ainda sobre o desenvolvimento econômico e a preservação da natureza, colocando-os como antagonistas. "Esses países, que hoje defendem acidentalmente uma postura ambientalista, só o fizeram depois de atingir alto patamar de renda per capita. Eles agora exigem de nós, que ainda estamos em processo de desenvolvimento, a inversão de nossas prioridades".

A posição do diretor do escritório regional do PNUMA para a América Latina e Caribe, José Lizarraga, que também falou na abertura do encontro, no entanto, foi diversa da declarada pelo secretário-geral: "Temos certeza que a América Latina e Caribe têm a capacidade suficiente de resolver a aparente contradição que pode representar o exercício da soberania e a responsabilidade ambiental planetária". Como alternativa, Lizarraga apontou o desenvolvimento da biotecnologia, o que conciliaria a proteção à natureza e a solução de muitos problemas econômicos.

Além dos ministros, integraram-se à reunião, a partir de quinta-feira, o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Enrique Iglesias; o diretor regional da Unesco para América Latina e Caribe, Juan Carlos Tedesco, e o diretor-executivo do PNUMA, Mostafa K. Tolba.

Americanos ouvem crítica

MANOEL LIMA
Correspondente

Mánaus — Os quatro senadores norte-americanos que estão em Manaus para ver de perto o impacto ambiental causado pelos desmatamentos, ouviram dos pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) a acusação de que o capital estrangeiro é o grande responsável pela destruição dos ecossistemas da região. Os pesquisadores do Inpa pediram aos senadores que pressionem os países desenvolvidos a ajudar o Brasil, com recursos financeiros e tecnologias modernas, a preservar a Amazônia, "e não ser acusado de simplesmente ser o seu destruidor".

Os senadores John Chafee, Arlen Specter, Steve Simms e Dale Eumpers, que fazem parte do Conselho de Meio Ambiente do Senado dos Estados Unidos, chegaram domingo a Manaus e ontem visitaram o Inpa para ouvir uma longa exposição dos pesquisadores do Instituto sobre os problemas que a floresta amazônica vem enfrentando em decorrência dos desmatamentos e da instalação de projetos hidrelétricos. Os senadores fizeram várias perguntas e muitas anotações, da mesma forma quando entrevistaram o governador do Amazonas, Amazonino Mendes.

Discretos, evitando qualquer contato com jornalistas, já que segundo John Chafee, os quatro estão no Brasil para "ouvir e conhecer", os senadores norte-americanos receberam da Associação de Pesquisadores do Inpa um manifesto no qual os cientistas fazem duras críticas à participação do capital estrangeiro — especialmente o norte-americano — em projetos agropecuários e agroindustriais na Amazônia, o que tem contribuído para o aceleramento do processo de destruição das florestas da região. O documento afirma que os desmatamentos

acelerados na Amazônia "atingem atualmente cerca de quatro milhões de hectares/ano, sendo que a maior parte da terra pertence a um número reduzido de pessoas físicas e jurídicas, inclusive empresas multinacionais".

Os pesquisadores do Inpa lamentam no documento a situação da pesquisa na Amazônia. "A situação da pesquisa na região é grave. O Inpa, o maior instituto de pesquisa da região, teve seu orçamento reduzido a 55 por cento do orçamento original, através de vetos do próprio Congresso Nacional", afirma o documento, para criticar o Governo Federal.

DESMATAMENTO

O documento dos pesquisadores do Inpa conclui alertando os senadores norte-americanos de que é o capital estrangeiro o responsável, "em grande parte, pela demanda de produtos nacionais, pela aplicação de tecnologias obsoletas e instalação de projetos hidrelétricos, que trazem significativo impacto ambiental à região". Os senadores receberam o documento sem fazer qualquer comentário, embora durante a exposição dos pesquisadores do Inpa tenham feito várias perguntas sobre a situação das terras ocupadas e atingidas pelos desmatamentos, bem como a situação jurídica dos seus proprietários.

Ontem à tarde, depois de uma visita ao governador Amazonino Mendes, os quatro senadores foram levados de carro para uma reserva florestal de propriedade do Inpa, nos arredores de Manaus, onde o Instituto realiza pesquisas sobre os efeitos danosos que os desmatamentos causam ao meio ambiente. A manhã eles viajaram para Rondônia, para conhecer de perto as áreas desmatadas e os projetos de colonização do ex-Incra, seguindo depois para Brasília e São Paulo.

"Empate" pode evitar desmate de seringaais

DILMA TAVARES
Correspondente

Rio Branco — Seringueiros residentes nos seringaais "Bom Destino, Novo Destino, Humaitá, São Pedro do Içó e Guanabarrinha, localizados na rodovia Transacreama, a 100 quilômetros de Rio Branco, poderão realizar um "empate" para impedir derrubadas na região, que já iniciaram no seringaial Bom Destino, onde 120 peões já começaram a broca e esta semana para a derrubada de esta semana mais pessoas deverão chegar ao local para ajudar no serviço. A denúncia dos desmates foi feita domingo pelo seringueiro Antônio Ferreira de Souza (64 anos), no Segundo Encontro Nacional dos Seringueiros e Primeiro dos Povos da Floresta, que estão acontecendo em Rio Branco.

Segundo Antônio Ferreira, no seringaial Bom Destino e parte do Novo Destino estaria prevista a derrubada de aproximadamente dois mil hectares de floresta — o que corresponde no mínimo a cerca de 13 mil pés de seringaais, quase 30 mil castanheiras (espécies cuja destruição é proibida por lei), além de número bem superior de madeiras nobres como mogno, cerejeira e cedro, segundo explicou o seringueiro Raimundo Nonato do Nascimento, integrante da Força Sindical Ferramenta (formada por trabalhadores rurais de Rio Branco).

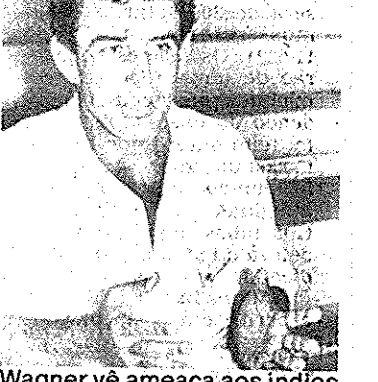
Aliás, conforme os seringueiros, os seringaais Bom Destino e Novo Destino estão em fase de desapropriação para transformação em reserva extrativista, e segundo Antônio Ferreira, o fazendeiro conhecido por Maninho identifica-se como proprietário dos seringaais em questão, não só para fazer desmates, mas em todos os outros em que alega ser dono. Outro seringueiro da área, Gilmar Teixeira garante que o fato poderá gerar conflito, pois Maninho já teria tentado convencer os seringueiros a saírem da área oferecendo-lhes casas na cidade e alegando que eles não têm outra saída porque a terra é dele e vai derrubar de qualquer forma. "Eles dizem que são donos da terra mas não apresentam documentos. E nós é que somos proprietários dela, onde moramos há muito tempo", frisou.

"Não queremos viver na cidade para tirar seringueiro da mata e como tirar o peixe fora da água", escreveu o seringueiro Manoel Pereira da Silva. "Não deixaremos destruir nossas terras, iremos impedir mesmo que isto custe nossas vidas", acrescenta Gilmar.

O antropólogo Alfredo Wagner de Almeida denunciou ontem que o Governo Sarney está promovendo uma militarização no tratamento da questão indígena e do problema de seringueiros, afirmando que está sendo registrado um total fechamento institucional para povos que vivem numa situação de semicidadania.

Em palestra proferida no 1º Encontro dos Povos da Floresta e do 2º Encontro Nacional dos Seringueiros, Alfredo Wagner afirmou existir uma situação de desmonte do aparato oficial, com a extinção do Ministério da Reforma Agrária (Mirad),

LUIS ANTONIO



Wagner vê ameaça aos índios

Planalto lança programa dia 6

O presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Fernando César Mesquita, disse ontem que já está tudo pronto para que o presidente José Sarney possa lançar o programa "Nossa Natureza", no próximo dia 6, no Palácio do Planalto. Segundo ele, o Presidente da República pretende com o programa mobilizar a Nação brasileira na conjugação de esforços e de recursos de toda ordem, para reverter o processo de degradação dos complexos de ecossistemas da Amazônia.

De acordo com Mesquita, são seis os objetivos do programa "Nossa Natureza": conter a ação predatória do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis; estruturar o sistema de proteção ambiental; desenvolver o processo de educação ambiental e de conscientização pública para a conservação do meio ambiente; disciplinar a ocupação e a exploração racional da Amazônia Legal, fundamentadas na ordenação territorial; regenerar o complexo de ecossistemas afetados pela ação das mais diversas atividades e proteger as comunidades indígenas e as populações envolvidas no processo de extrativismo.

Fronteira de mito e realidade

JOÃO ALVES FILHO (*)

A Questão ambiental e ecológica que a comunidade internacional tem debatido com insistência e que hoje ocupa grande espaço na imprensa mundial, está sendo tratada de maneira emocional e que realmente têm preocupação com o meio ambiente e distorcida por aqueles que têm interesses econômicos.

Existe hoje na Amazônia uma fronteira muito clara entre o mito e a realidade, que precisa ser esclarecida. Está cientificamente provado que a Amazônia não é o pulmão do mundo, como muitos afirmaram por anos. A floresta consome seu próprio oxigênio.

As queimadas, utilizadas primitivamente pelos índios para o preparo do plantio e muito menos utilizadas hoje pelos interioranos para expandir a fronteira agrícola, têm um efeito insignificante no chamado efeito-estufa, que os 6 bilhões de toneladas de dióxido de carbono que a comunidade industrializada do primeiro mundo lança todo ano na atmosfera.

Mas a Holanda, que promoveu a primeira agressão ecológica ao meio ambiente, com o aterro de sua orla marítima para a construção de seus diques, onde foram erguidas belas cidades e em terras onde se produzem as belas tulipas, não produz as belas tulipas, pauta importante no seu item de exportação, está preocupada que o efeito-estufa faça derreter a calota polar, elevando o nível do mar, que retornaria as terras conquistadas anti-ecologicamente.

Temos ainda o exemplo de outros erdos históricos que não queremos e não vamos repetir, como o que ocorreu na conquista do oeste dos EUA, quando uma nação inteira, a Sioux, foi dizimada pelo legendaro General Custer, na famosa batalha de Little Big Horn. E tudo em nome do progresso. Para a passagem das

ferrovias, exterminaram-se florestas e foram abatidos os primitivos búfalos.

Em contrapartida, o Brasil reserva para seus índios 400 hectares de terra para cada um deles, enquanto nos EUA são destinados para cada índio apenas 10 hectares. O índio brasileiro é o mais bem assistido e cuidado dentre todos os países em desenvolvimento do mundo. Por outro lado, o símbolo do tratamento que nosso Exército concede ao nosso índio é o marechal Rondon, cuja ação humanitária e integracionista se constituiu num protótipo da ação das nossas forças armadas ante nossa população indígena.

Toda a população indígena brasileira é formada por 220 mil pessoas, que precisam de assistência e a recebem. Ressalta-se que a população indígena na Amazônia é de aproximadamente 160 mil pessoas e a da favela da Rocinha (apenas ela) tem mais de 900 mil, ou seja, o DOBRO. Daí a dimensão do problema social com que o Governo se defronta e necessariamente prioriza.

Em três anos do Governo do presidente José Sarney já foram demarcados mais de 31 milhões de hectares de terras indígenas, compreendendo 148 áreas distintas, enquanto que de 1910 a 1985, período de 30 outros presidentes, foram demarcadas apenas 12 milhões de hectares, correspondendo a 91 áreas. O Brasil conta aproximadamente com 43 milhões de hectares de áreas indígenas, cerca de 5% do território nacional, para uma população estimada de 220 mil pessoas. Já ainda mais 40 milhões de hectares em fase de estudos para demarcação até 1993.

Em termos comparativos, o total de áreas já demarcadas e a serem demarcadas equivale à superfície de 13 países somados: Albânia, Áustria, Bulgária, Cuba, Holanda, Israel, Líbano, Nicarágua, Bélgica, Dinamarca, Hungria, Portugal e Suíça onde habitam 86

milhões de pessoas.

O Brasil vai continuar protegendo seus índios mas não vai parar de progredir, sob pena de não sermos dignos da justa aspiração dos 1.700 mil jovens que do Chui ao Oiapoque chegam ano a ano à idade de trabalho nessa nossa Nação continental. Vamos construir hidrelétricas, aproveitando o potencial de nossas bacias hidrográficas, com energia barata, não poluente e preservando, também, o meio ambiente. Vamos expandir nossas fronteiras agrícolas racionalmente, cientificamente.

Não pode um País em desenvolvimento deixar de explorar suas riquezas naturais, como o petróleo, o ouro, o alumínio, o manganês, o diamante, a silvicultura e o ferro, tão abundantes naquela região, para atender às necessidades das nações mais desenvolvidas, em manter o preço de mercado de suas mercadorias concorrentes.

Vamos continuar progredindo utilizando nossas riquezas, nossos recursos naturais. Temos tudo de que necessitamos para sermos uma potência. O homem, riquezas naturais em abundância, energia hidrica barata e aproveitável, terras agricultáveis. Vamos continuar protegendo nossos índios, vamos retirar nossas riquezas, protegendo o meio ambiente e o ecossistema, para sermos em breve uma Nação economicamente mais forte e socialmente mais justa.

Em fim quando tivermos alcançado um estágio de desenvolvimento que permita a nossa gente mais humilde alcançar níveis dignos de vida — a exemplo do que ocorre com os povos do 1º mundo — teremos ainda mais que hoje tempo, condições e recursos para tratar o importante problema da preservação do meio ambiente nacional.

(*) Ministro do Interior do Brasil